

Mutirões reduzem a espera

Moradora do Paranoá, a dona de casa Maria do Socorro Anchieta, 34 anos, foi atendida em um dos mutirões da Defensoria do DF promovidos no Itapoã. O pai de seu filho caçula, com quem viveu dois anos, não quer pagar pensão para a criança. "Tentei conversar e mostrar para ele que não consigo manter o nosso filho sozinha, pois estou desempregada. Mesmo assim, ele não se sensibilizou, disse que tem prestações do carro para pagar. Não posso deixar meu filho passar necessidade e acho que o pai tem o dever de ajudar", diz.

No entanto, os mutirões não conseguem atender todos aqueles que precisam de assistência e esclarecimentos jurídicos. Muitas pessoas ainda não sabem que esse direito é garantido por lei. Moradora do Varjão, uma auxiliar de limpeza de 45 anos, que preferiu não se identificar, sofre

com a possibilidade de perder o que o falecido marido conseguiu conquistar a duras penas. Viúva há seis meses, ela sustenta os três filhos menores com um salário mínimo (R\$ 380) e ainda chora a morte violenta do marido, assassinado na Ceilândia. "Ele era um homem muito trabalhador. Mesmo com dificuldades, consegui comprar um lote para cada filho, mas não colocou os imóveis no nome deles", diz.

Ela quer transformar a dor em justiça, mas teme perder os lotes. "Estou passando muita dificuldade e tenho dúvidas a respeito da pensão para os meus filhos também. Sou uma pessoa sem estudo e não sei me expressar, me defender. Quando procurei orientação no INSS, fui mal atendida e não tive coragem de voltar", desabafa.

Basta olhar a tabela de honorários da Ordem dos Advo-

gados do Brasil (OAB-DF) para entender porque a Defensoria Pública está superlotada. Enquanto um processo aberto pelo poder público custa, em média, R\$ 129, o valor de um advogado particular pode ser 20 vezes maior. Para entrar com uma ação de investigação de paternidade, por exemplo, o brasiliense deve desembolsar, em média, R\$ 2 mil. Um divórcio sem bens a partilhar pode custar até R\$ 3 mil. Sem contabilizar as custas do processo.

■ Honorários

O presidente da Comissão de Direitos Sociais da OAB-DF, Luís Maximiliano Telesca, destaca que os honorários advocatícios poderiam ser mais baixos caso a Justiça não fosse tão lenta. "O tempo que um processo leva para tramitar é uma variável fundamental neste cálculo", diz.